



ONTOLOGIA DO DESCARTE: SUBJETIVIDADES DE MULHERES NEGRAS E O GOVERNO DOS INDESEJÁVEIS

ONTOLOGY OF DISCARD: BLACK WOMEN'S SUBJECTIVITIES AND THE
GOVERNMENT OF THE UNDESIRABLE

JEFFERSON FONTES* | NAYRA FIDELIS** | LUZIANA RAMALHO**

RESUMO

Este artigo propõe uma análise crítica das dinâmicas de desumanização que recaem sobre corpos racializados, com foco particular na experiência das mulheres negras no Brasil. Adotando uma perspectiva filosófica, política e interseccional, o trabalho investiga como a modernidade ocidental, ao construir o ideal do "humano universal", simultaneamente engendra o "não-humano", condenando certas existências à margem da dignidade e do reconhecimento ético. A investigação se alicerça na noção de "existência descartável" e busca desvendar a arquitetura da indesejabilidade que invisibiliza os lutos e sofrimentos desses sujeitos. O percurso teórico é centralizado no conceito de "dispositivo de racialidade" desenvolvido por Sueli Carneiro, compreendido como um mecanismo que produz a construção do "outro como não-ser". Essa análise é articulada com a perspectiva de Lélia Gonzalez sobre os arquétipos da "mulata" e da doméstica, evidenciando como a subjetividade da mulher negra é constituída na subordinação e no apagamento epistêmico. O texto tensiona esses saberes com os conceitos de vida nua, biopoder, necropolítica e morte social. O artigo explora a forma como a subjetividade da mulher negra é constituída na subordinação, sendo relegada a arquétipos limitantes como a "mulata" e a "doméstica" de Lélia Gonzalez, e examinando a negação de seu direito à subjetividade e ao e ao outro como não-ser a partir de Sueli Carneiro. Dados empíricos recentes, como o aumento da violência letal e obstétrica contra mulheres negras, corroboram a tese da "máquina do descarte" em operação. O trabalho conclui reforçando a urgência de novas éticas do reconhecimento que posicionem os corpos negros e femininos como centros legítimos de humanidade, destacando a resistência do feminismo negro como linha de fuga.

Palavras-chave: Necropolítica à Ikupolítica, Mulheres Negras, Interseccionalidade, Existência Descartável, Racismo Estrutural.

ABSTRACT

This article proposes a critical analysis of the dehumanization dynamics affecting racialized bodies, with a particular focus on the experience of Black women in Brazil. Adopting a philosophical, political, and intersectional perspective, the study investigates how Western modernity, while constructing the ideal of the "universal human," simultaneously engenders the "non-human," condemning certain existences to the margins of dignity and ethical recognition. The investigation is grounded in the notion of "disposable existence" and seeks to unveil the architecture of undesirability that renders the mourning and suffering of these subjects invisible. The theoretical framework is centered on the concept of the "device of raciality" (dispositivo de racialidade) developed by Sueli Carneiro, understood as a mechanism that produces the construction of the "other as non-being." This analysis is articulated with Lélia Gonzalez's perspective on the archetypes of the "mulata" and the "domestic worker," highlighting how Black women's subjectivity is constituted through subordination and epistemic erasure. The text tensions these knowledges with the concepts of bare life, biopower, necropolitics, and social death. The article explores how the subjectivity of Black women is shaped by subordination—relegated to limiting archetypes such as the "mulata" and the "domestic worker" as theorized by Lélia Gonzalez—and examines the denial of their right to subjectivity and the condition of the "other as non-being" based on Sueli Carneiro's work. Recent empirical data, such as the increase in lethal and obstetric violence against Black women, corroborate the thesis of the "discard machine" in operation. The study concludes by reinforcing the urgency of new ethics of recognition that position Black and female bodies as legitimate centers of humanity, highlighting the resistance of Black feminism as a line of flight.

Keywords: From Necropolitics to Ikupolitics, Black Women, Intersectionality, Disposable Existence, Structural Racism.

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É pesquisador do Grupo de Estudos Sobre Violência, Segurança Pública e Gênero. Membro-associado da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras e Indígenas da Universidade Federal da Paraíba (NEABI/UFPB). Graduação em Direito pelo Centro Universitário UNIFACEX em 2022.
jeffersonfontes1@gmail.com

**Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É pesquisadora do Grupo de Estudos Sobre Violência, Segurança Pública e Gênero (GEVSP). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (2023).
nayra_rj@hotmail.com

***Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (2000), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2003) e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da citada Instituição (2011). Atualmente é Professora AssOCIADA Nível III da UFPB, onde atua como membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas- NCDH/UFPB, como também, foi membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFPB) no período de 2017 a 2021.
luzianaribeiro.ufpb@gmail.com

Recebido em: 19-11-2025 | Aprovado em: 31-3-2026



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO; 1 REFERENCIAL TEÓRICO; 1.1 ENTRE A VIDA NUA E O SILÊNCIO DO SER: GENEALOGIAS FILOSÓFICAS DA EXISTÊNCIA DESCARTÁVEL; 1.2 CORPOS QUE NÃO PODEM CHORAR? PRECARIEDADE, RECONHECIMENTO E A ÉTICA SUSPensa; 1.3 A MÁQUINA DO DESCARTE: MULHERES NEGRAS, REGIMES DE MORTE E A ARQUITETURA DA INDESEJABILIDADE; CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.

■ INTRODUÇÃO

Este artigo brota das discussões gestadas na disciplina Teoria e História dos Direitos Humanos e da Democracia, parte integrante do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Seu propósito central é perscrutar as dinâmicas de desumanização que operam sobre corpos racializados, com ênfase particular na experiência das mulheres negras no Brasil. Adotando uma abordagem filosófica, política e interseccional, parte-se da noção de “existência descartável” para desvendar como certas vidas são sistematicamente desvalorizadas, precarizadas e expostas à violência, a ponto de seus lutos e sofrimentos serem socialmente invisibilizados, configurando o que denominamos de arquitetura da indesejabilidade.

A proposta analítica deste trabalho se alicerça na articulação entre epistemologias críticas forjadas por autoras e autores que pensam desde a colonialidade, a racialidade e a vivência negra, buscando evidenciar os dispositivos que sustentam a naturalização da violência e da morte como formas legítimas de governo e de controle social sobre os corpos negros — em especial os femininos.

Neste percurso, propõe-se uma crítica radical às bases filosóficas e políticas que sustentam essa lógica do descarte. A problemática fundamental reside em compreender como a modernidade ocidental, ao construir o ideal do “humano universal”, simultaneamente engendra o “não-humano” ou o “sub-humano”, condenando determinados sujeitos à margem da dignidade, da existência simbólica e do reconhecimento ético. Tal investigação revela-se especialmente urgente no contexto brasileiro, onde as cicatrizes históricas da escravidão e o racismo estrutural persistem de maneira contundente nas formas de violência cotidiana e nas desigualdades profundas, materializando-se em corpos que, simbolicamente, “não podem chorar”.

A abordagem aqui empreendida dialoga com a tradição crítica da filosofia política, com a fenomenologia da alteridade e com a teoria social contemporânea, sendo balizada por uma chave teórico-metodológica que integra genealogia e crítica interseccional. O percurso investigativo proposto é conduzido por uma reflexão engajada, comprometida com a escuta dos saberes insurgentes produzidos a partir da dor, da resistência e da potência das mulheres negras.

A estrutura do artigo organiza-se em três seções centrais de discussão teórica, além desta introdução, da conclusão e das referências bibliográficas. A primeira delas, 1.1 Entre a

Vida Nua e o Silêncio do Ser: Genealogias Filosóficas da Existência Descartável, mobiliza autores como Giorgio Agamben¹, Michel Foucault², Achille Mbembe³, Frantz Fanon e Charles W. Mills⁴ para compor uma análise das bases ontológicas e epistemológicas que subsidiam a produção da vida negra como “vida matável”. Nesse ponto, o conceito de “vida nua” é tensionado pelas categorias de necropolítica, ikupolítica e morte social, articulando uma crítica contundente à modernidade ocidental e à sua lógica de exclusão.

A segunda seção, 1.2 Corpos que Não Podem Chorar? Precariedade, Reconhecimento e a Ética Suspensa, propõe um debate com autoras e autores contemporâneos acerca da constituição do outro enquanto instrumento de subjugação e controle — mas também como figura da morte social. O objetivo é traçar um percurso teórico que explore a noção de precariedade, com foco na subjetividade das mulheres negras, refletindo sobre os múltiplos dispositivos de apagamento e marginalização a que são submetidas. Sueli Carneiro é uma figura central nessa análise, articulando o conceito de dispositivo de racialidade e a construção do outro como não-ser, em interlocução com Achille Mbembe assim como Lélia Gonzalez⁵, cujos aportes são fundamentais para compreender o lugar do corpo negro na economia simbólica do não reconhecimento.

Na sequência, a terceira e última seção, 1.3 A Máquina do Descarte: Mulheres Negras, Regimes de Morte e a Arquitetura da Indesejabilidade, estabelece uma ponte entre teoria e prática, examinando como a necropolítica e o capitalismo racial se manifestam na materialidade concreta do cotidiano das mulheres negras. Com base em dados empíricos recentes e na análise de autoras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento⁶, Nilma Lino Gomes⁷ e a escritora Conceição Evaristo⁸, busca-se evidenciar como o racismo, o sexismo e a desigualdade social se imbricam na construção da figura da mulher negra como excedente, indesejável e passível de eliminação. Ao trazer essas vozes para o centro da análise, o trabalho reafirma que a intelectualidade negra brasileira possui autonomia teórica para diagnosticar suas próprias realidades, destacando processos de resistência, agência e potência que vislumbram frestas de ruptura com a lógica da morte e de afirmação da vida em sua plenitude.

Dessa forma, o presente artigo propõe uma análise crítica da produção de vidas descartáveis em contextos atravessados por múltiplas opressões interseccionais. Ao fazê-lo, busca contribuir para o debate acadêmico e para os desafios políticos contemporâneos, afirmando a urgência de se construir novas éticas do reconhecimento que explicitem os corpos negros e femininos não como abjeções descartáveis, mas como centros legítimos de saber, afeto e humanidade.

¹ AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

² FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

³ MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

⁴ MILLS, C. W. *O Contrato Racial*. Edição Comemorativa de 25 anos. Tradução de Teófilo Reis e Breno Santos. São Paulo: Editora Zahar, 2023.

⁵ GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

⁶ NASCIMENTO, B. *Narrativas transatlânticas de mulheres negras*. 1. ed. Salvador: Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, 2022.

⁷ GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

⁸ EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Entre a vida nua e o silêncio do ser: genealogias filosóficas da existência descartável

A modernidade ocidental, ao erguer o projeto do humano universal, fundamentou-se na produção sistemática do "outro como não-ser"⁹. Como demonstra Sueli Carneiro, essa construção não é um erro de percurso, mas o cerne do "dispositivo de racialidade", que opera a negação da humanidade de grupos racializados para garantir a hegemonia do sujeito branco. Para Sueli Carneiro, este dispositivo é uma tecnologia de poder que define quem possui interioridade e quem é reduzido à pura facticidade, tornando o epistemicídio e a desumanização ferramentas de controle social.

Essa demarcação ontológica é o resultado de um acordo subjacente, um Contrato Racial, como argumenta Charles W. Mills¹⁰, constitui a própria estrutura do poder e do conhecimento na sociedade ocidental. Nesse sentido, a experiência das mulheres negras no Brasil, como aponta Lélia Gonzalez, revela as neuroses de uma nação que as relega aos arquétipos da "mulata" e da "doméstica", destituindo-as de agência e dignidade simbólica¹¹.

Somente a partir dessa localização teórica é que podemos dialogar criticamente com os conceitos da filosofia europeia. O conceito de vida nua, desenvolvido por Giorgio Agamben¹², auxilia na compreensão da lógica da soberania que reduz corpos à mera existência biológica, o Homo Sacer, aquele que pode ser morto sem que isso configure crime. No entanto, quando tensionamos Agamben com a interseccionalidade de Carla Akotirene¹³, percebemos que essa "exceção" se torna a regra permanente para corpos negros e femininos, atravessados pelo entrecruzamento de opressões que os posiciona na base da pirâmide social.

A genealogia dessa lógica encontra ressonância na análise de Michel Foucault¹⁴ sobre o biopoder, o poder de "fazer viver ou deixar morrer". Contudo, como bem contesta Achille Mbembe¹⁵, as categorias de Foucault permanecem, por vezes, cativas a uma gramática eurocêntrica que ignora a brutalidade colonial. Para Mbembe, nos contextos de herança escravocrata, o "deixar morrer" converte-se em um "fazer morrer" ativo e deliberado. A necropolítica institui zonas de morte onde a vida negra é tratada como resíduo, culminando no que o

⁹ CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade*: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. O conceito de "não-ser" é central para entender como a negação da subjetividade negra é o que permite a afirmação do sujeito branco moderno.

¹⁰ MILLS, C. W. *O Contrato Racial*. Edição Comemorativa de 25 anos. Tradução de Teófilo Reis e Breno Santos. São Paulo: Editora Zahar, 2023.

¹¹ GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. A autora desenvolve a crítica aos arquétipos coloniais que capturam a subjetividade da mulher negra no Brasil.

¹² AGAMBEN, G. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

¹³ AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2018. Obra essencial para tensionar a universalidade de conceitos como a "vida nua" a partir da realidade das mulheres negras brasileiras.

¹⁴ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

¹⁵ MBEMBE, A. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

autor chama de “devir-negro do mundo”¹⁶ – a generalização da descartabilidade que historicamente foi imposta aos povos escravizados.

Nesse horizonte, a necropolítica pode ser ainda radicalizada quando pensada a partir de epistemologias africanas e afro-diaspóricas, especialmente por meio da noção de ikupolítica¹⁷. Derivado do termo iorubá *ikú* (morte), esse conceito permite compreender não apenas a gestão da morte enquanto prerrogativa soberana, como propõe Mbembe, mas a sua inscrição como princípio organizador da vida social. A ikupolítica desloca a análise do ato de matar para a produção contínua de condições de morte, onde a existência de determinados corpos já se encontra antecipadamente capturada por uma temporalidade da finitude. Nesse sentido, não se trata apenas de decidir quem deve morrer, mas de estruturar modos de existência nos quais viver se aproxima continuamente de morrer, instaurando uma ontologia marcada pela precariedade radical.

Esse processo de desqualificação ontológica conecta-se ao que Orlando Patterson nomeou de morte social: a condição do indivíduo que, embora vivo, está destituído de pertencimento e de nome¹⁸. Essa morte é materializada na análise de Hortense Spillers¹⁹, que descreve o “desmembramento” do corpo da mulher negra, reduzido à “carne” – um objeto de uso e reprodução privado de inscrição simbólica. Para romper com esse silenciamento, Grada Kilomba questiona quem pode falar?²⁰, expondo como a invisibilidade imposta aos sujeitos não-brancos é uma ferramenta de manutenção do poder colonial.

Portanto, ao integrarmos as vozes de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento²¹ e Nilma Lino Gomes²², percebemos que a “existência descartável” não é apenas um conceito abstrato, mas uma realidade política forjada pelo racismo estrutural. Denise Ferreira da Silva²³ reforça que o sujeito moderno só existe através da exclusão constitutiva desse Outro racializado. Assim, a genealogia aqui proposta não apenas descreve a desumanização, mas

¹⁶ MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2018.

¹⁷ Sob essa perspectiva, a experiência das mulheres negras pode ser compreendida como *locus* privilegiado da operação ikupolítica, na medida em que seus corpos são historicamente posicionados na intersecção entre exploração, descartabilidade e antecipação da morte. Diferentemente de uma leitura restrita à violência direta, a ikupolítica evidencia como a morte se infiltra nas dimensões mais ordinárias da vida, no acesso desigual à saúde, na precarização do trabalho, na violência obstétrica e na negação de reconhecimento simbólico. Trata-se, portanto, de um regime no qual a morte não aparece apenas como evento, mas como atmosfera permanente que circunscreve a existência. Ao tensionar a necropolítica nesse registro, torna-se possível compreender que, para as mulheres negras, a condição de vida já se encontra estruturada como uma experiência liminar, na qual o viver é constantemente atravessado pela iminência do não-ser. NASCIMENTO, W. F. do. *Da necropolítica à ikupolítica: por uma leitura afroperspectivista da morte*. Revista da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, v. 11, n. 29, p. 273–290, 2019.

¹⁸ PATTERSON, O. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

¹⁹ SPILLERS, H. J. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S. Z.; ARIAS, A. (org.). *Pensamento radical negro*. São Paulo: Crocodilo; n-1 Edições, 2021.

²⁰ KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

²¹ NASCIMENTO, B. *Narrativas transatlânticas de mulheres negras*. 1. ed. Salvador: Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, 2022.

²² GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

²³ SILVA, D. F. da. *Para uma ideia global de raça*. Tradução de Laura Fraga e Denise Pires. São Paulo: Boitempo, 2009.

reivindica, através do pensamento feminista negro, a superação dessa ontologia do descarte em busca de novas éticas do reconhecimento.

A genealogia dessa lógica de exceção encontra ressonância nos escritos de Michel Foucault²⁴, especialmente em sua análise sobre o biopoder. Para Foucault²⁵, o biopoder representa uma forma de gestão da vida que emerge a partir do século XVIII, quando o foco da soberania deixa de ser apenas o direito de matar, passando a ser o poder de fazer viver ou deixar morrer. O Estado, ao tornar-se gestor da vida da população, também estabelece categorias de risco, normatividade e controle. Como explica o autor:

O biopoder é, sem dúvida, uma das formas fundamentais de poder que se exercem nas sociedades modernas. [...] Ele diz respeito aos efeitos de massa característicos de uma população: o nível de nascimento e de mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todos os problemas que podem ser correlacionados com esses primeiros dados.^{26, p. 292}

Contudo, Achille Mbembe²⁷ contesta o alcance analítico tanto do biopoder quanto da vida nua, ao apontar que tais categorias, embora úteis, permanecem cativas a uma gramática eurocêntrica. Para o autor, nos contextos coloniais e pós-coloniais, o deixar morrer se converte em fazer morrer, não por negligência, mas por projeto. A necropolítica se instaura como um regime que “institui zonas de morte, onde as pessoas são submetidas a condições de existência que frequentemente as condenam à morte lenta”^{28, p. 73}. A plantation, o campo de refugiados e a favela são espaços paradigmáticos dessa forma de governo. Essa lógica necropolítica não se restringe a territórios isolados; ela se expande globalmente, culminando no que Mbembe²⁹ chama de “devir-negro do mundo”. Este conceito aponta para a generalização da condição de descartabilidade e submissão à morte que historicamente foi imposta aos povos negros. O sujeito negro, nesse sentido, torna-se a figura paradigmática de uma condição humana precarizada e exposta à violência, que se irradia para outras populações.

Pela primeira vez na história humana, o nome Negro deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, desapossamento da autodeterminação e, sobretudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A este novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo.^{30, p. 01}

²⁴ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

²⁵ *Ibid.*

²⁶ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

²⁷ MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

²⁸ *Ibid.*

²⁹ MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2018.

³⁰ *Ibid.*

Esse processo de desqualificação ontológica pode ser relacionado ao que Orlando Patterson³¹ nomeou de morte social: a condição do escravizado que, mesmo vivo, está destituído de qualquer reconhecimento social ou simbólico. Para Patterson, o escravo não apenas não possui um lugar no mundo ele é estruturalmente privado de humanidade, de pertencimento e de nome. Essa noção será fundamental para entender como os corpos negros, e especialmente os corpos de mulheres negras, são estruturados como vidas fora do campo da dignidade, da história e da justiça. Essa “morte social” encontra uma continuidade e uma operacionalização no que Sueli Carneiro³² denomina “Dispositivo de Racialidade”. Para Carneiro, este dispositivo é um mecanismo complexo que opera na construção do “outro como não ser”, sendo fundamental para a própria constituição do ser hegemônico. A racialidade, assim, não é apenas uma categoria descritiva, mas uma tecnologia de poder que produz subjetividades e define posições sociais. Sueli Carneiro³³ afirma que “o dispositivo de racialidade se funda na negação da humanidade de determinados grupos, tornando-os objetos de desumanização e exploração”.^{34, p. 30.}

A essa crítica soma-se a contribuição de Hortense Spillers³⁵, que, ao analisar a experiência das mulheres negras no contexto da escravidão, afirma que seus corpos foram “desmembrados” tanto fisicamente quanto simbolicamente. Para Spillers, o corpo da mulher negra escravizada foi reduzido à carne, tornando-se um objeto de uso, um meio de reprodução, um território de controle absoluto. Isso significa que o corpo negro feminino foi privado de significado ontológico, de inscrição simbólica e de agência social. A “carne”, nessa perspectiva, antecede e contesta como unidade significativa reconhecida pelo mundo social. A privação de significado ontológico e de agência social dessas existências descartáveis está intrinsecamente ligada ao problema do silenciamento e da negação da subjetividade. Grada Kilomba³⁶, ao questionar “Quem pode falar” em sua obra, expõe como o regime colonial e suas continuidades na contemporaneidade operam por meio da “invisibilidade e do silêncio” impostos aos sujeitos não-brancos. “Pode a subalterna falar?”^{37, p. 04} é uma questão central que reflete a impossibilidade de o subalterno ter sua voz e sua experiência reconhecidas nos termos hegemônicos. Kilomba argumenta que o silêncio é uma ferramenta de poder, onde “aqueles que não podem falar são aqueles que não possuem poder para nomear sua própria realidade”.^{38, p. 07}

Essa condição de desumanização, que atravessa as formas modernas de soberania, manifesta-se como uma ontologia do descarte: uma estrutura de pensamento que posiciona certas existências no limiar do humano. Denise Ferreira da Silva³⁹ argumenta que o sujeito moderno universal foi construído por meio da exclusão constitutiva do Outro racializado, o que

³¹ PATTERSON, O. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

³² CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

³³ *Ibid.*

³⁴ *Ibid.*

³⁵ SPILLERS, H. J. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S. Z.; ARIAS, A. (org.). *Pensamento radical negro*. São Paulo: Crocodilo; n-1 Edições, 2021.

³⁶ KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

³⁷ *Ibid.*

³⁸ *Ibid.*

³⁹ SILVA, D. F. da. *Para uma ideia global de raça*. Tradução de Laura Fraga e Denise Pires. São Paulo: Boitempo, 2009.

ela denomina como “transparência”. Para a autora, a modernidade se ancora na impossibilidade de que esse Outro – especialmente os corpos negros, femininos e indígenas – figure como sujeito ético ou epistemológico. Ao se afirmar como expressão da razão pura, o projeto iluminista estabelece sua autoridade epistêmica ao custo da objetificação desses corpos, que passam a ser percebidos apenas como matéria bruta, ameaça moral ou ausência de valor. Desse modo, a exclusão do Outro não é acidental, mas estrutural: ela constitui o próprio fundamento da subjetividade moderna, inviabilizando o reconhecimento e a agência plena das existências subalternizadas.

Essa negação de sentido e reconhecimento culmina no que Sueli Carneiro⁴⁰ identifica como epistemicídio: a supressão de formas de saber e existência não-brancas, bem como as interdições impostas aos sujeitos racializados. O epistemicídio opera não apenas na invisibilização do conhecimento produzido por esses grupos, mas na anulação de sua própria capacidade de ser e de se significar, reforçando a condição de “não-ser” de Fanon e de “ser ausente” de Mbembe. Carneiro⁴¹ detalha como “o epistemicídio é a aniquilação das formas de conhecimento e da própria subjetividade dos povos oprimidos, perpetuando sua subalternidade”.⁴², p. 69

Nesse contexto de negação ontológica e epistemicídio, a análise de Frantz Fanon⁴³ torna-se crucial para compreender a experiência do sujeito racializado. Fanon⁴⁴ afirma: O negro é reduzido à pura facticidade. Ele é um corpo, um ser sem interioridade, que não tem existência para além daquilo que se vê. O Outro absoluto.⁴⁵ Essa redução à mera materialidade, à ausência de interioridade e à condição de “outro absoluto” ressoa diretamente com a ideia da vida nua e da existência descartável.

A intersecção de raça e gênero agrava ainda mais essa condição de desumanização a partir de corpos negros femininos. Nos aportes de Ribeiro⁴⁶, a mulher negra é duplamente desumanizada: “pela marca racial, que a exclui da branquitude, e pela marca de gênero, que a afasta do sujeito universal masculino da filosofia”.⁴⁷, p. 45

Essa dupla subalternização é também aprofundada por Carla Akotirene⁴⁸, que propõe uma leitura interseccional das opressões vividas pelas mulheres negras no Brasil. Para a autora, é justamente na interseção entre o racismo, o sexismo e o classismo que se produz o lugar estrutural da mulher negra enquanto sujeita marginalizada e, ao mesmo tempo, central na manutenção da vida social. Akotirene denuncia como esse entrecruzamento de sistemas de dominação impede que essas mulheres sejam reconhecidas em sua plenitude humana, sendo constantemente relegadas ao silêncio, ao trabalho invisível e à violência institucional.

⁴⁰ CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

⁴¹ *Ibid.*

⁴² CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

⁴³ FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora Ubu, 2020. p. 149.

⁴⁶ RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁸ AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2018.

Sua análise contribui para evidenciar que o lugar da mulher negra no Brasil é resultado de um pacto histórico de exclusão, mas também de resistência e reinvenção cotidiana.

Assim, a genealogia filosófica da existência descartável revela um projeto ocidental que, ao longo da história, produziu e naturalizou a desumanização de corpos e subjetividades não-brancas. Através da "vida nua" de Agamben, da gestão biopolítica de Foucault, da necropolítica de Mbembe, da "morte social" de Patterson e do "dispositivo de racialidade" de Carneiro, percebe-se a construção de um "não-ser" cuja existência é relegada à condição de pura facticidade, tal como descrito por Fanon. A contribuição de Spillers e a análise interseccional de Ribeiro e Gonzalez, por sua vez, evidenciam a profundidade e as especificidades dessa desqualificação, especialmente para as mulheres negras, cujos corpos são duplamente marcados pela ausência de reconhecimento e pelo silenciamento. Compreender essa ontologia do descarte é o ponto de partida para questionar as estruturas de poder que não apenas permitem, mas ativamente produzem, existências que não podem sequer reivindicar seu luto ou sua dor. Tal estrutura ontológica de exclusão não se dá sem efeitos concretos: ela funda os regimes de violência que operam a eliminação simbólica e material desses corpos. É justamente essa função da violência como operador de purificação social que será abordada a seguir.

1.2 Corpos que não podem chorar? Possibilidades e limites de existência sob a égide do dispositivo de racialidade

A realidade, sobretudo a brasileira, sendo essa marcada pela classificação e subordinação de grupos sociais, possui aspectos particulares e que revelam a existência de um dispositivo que se consolidou muito bem ao longo do tempo. Para pensar sobre essa realidade e a existência possível dentro dela, partimos das reflexões que Sueli Carneiro⁴⁹, p. 13 elaborou ao perceber a existência de um "dispositivo de racialidade" atuando na realidade enquanto constrói "(...) a racialidade como um domínio que produz poderes, saberes e subjetividades pela negação e interdição de poderes, saberes e subjetividades⁵⁰, p. 13. Nessa dinâmica, o "outro" racializado e subordinado é o paradigma que, em contraposição, constrói a figura do "eu" hegemônico e superior.⁵¹

À medida que o processo de colonização se constitui em solo brasileiro, a população negra passa por um processo de destituição absoluta, incluindo os seus saberes e a própria vida, conforme os seus paradigmas respaldados pela sua herança ancestral. Esse processo, conforme Sueli Carneiro⁵² elabora, culmina em um genocídio juntamente a um epistemicídio: um processo violento que ultrapassa as barreiras físicas, tocando na subjetividade da população negra brasileira, incluindo as mulheres que, conforme Lélia Gonzalez⁵³ nos traz, possuem elementos particulares à sua experiência de vida enquanto sujeitos na realidade do Brasil. O que se constrói é uma classificação do outro racializado como "coisa que fala" à medida que

⁴⁹ CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade*: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ *Ibid.*

⁵² *Ibid.*

⁵³ GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

respalda a legitimidade da cultura do dominador, em busca de uma hegemonia cultural moderna, através da destruição e desqualificação da cultura do dominado.⁵⁴

Esse processo que institui o “eu” conforme as normas europeias ocidentais, enquanto sujeito de referência para o processo civilizador da modernidade, e determina o saber dessa mesma natureza como epistemologia hegemônica, implica a impressão e a naturalização de noções de superioridade e de inferioridade na subjetividade dos grupos socialmente classificados e hierarquizados nessa tendência branca e europeia que vigora. Conforme Sueli Carneiro⁵⁵, p. 13. coloca, processos como animalização e a desigualdade no acesso à educação e de aprendizagem, nos quais as instituições escolares possuem um papel basilar. Ou seja, muito além das possibilidades de acesso e permanência, essa instituição é um espaço de produção de uma subjetividade subalternizada através do “(...) rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro”.⁵⁶, p. 109

O que observamos, então, é que a articulação de uma instituição que é base para a sociedade moderna, juntamente com os ideais que classificam os sujeitos entre animalizados e civilizados e, por consequência, desqualificam aquilo advindo dos não-seres enquanto consolida a hegemonia dos saberes brancos eurocentrados, sob o panorama do dispositivo de racialidade, constroem na subjetividade negra a auto concepção de inferioridade. Nas palavras de Sueli Carneiro, os negros tornam-se os monstros, e os sujeitos a serem corrigidos, sendo negado a eles a própria existência.⁵⁷

De encontro, a Sueli Carneiro, temos em *Peles Negras, Máscaras Brancas*, o argumento de Fanon⁵⁸ que diz os sujeitos se constituem por meio de uma interação mútua, de modo que “o Homem é movimento em direção ao mundo e ao seu semelhante”⁵⁹, p. 191 seja impulsionado pela violência em um ímpeto de conquista ou movido pelo amor e doação de si elemento este que é basilar na construção da orientação ética. Nesse ponto, o autor sinaliza como a subjetividade negra é construída e pautada em uma perspectiva de inferioridade que leva o sujeito a buscar incansavelmente características, hábitos e pensamentos brancos, reforçado pelo ideário de que “Sou branco, quer dizer que tenho para mim a beleza e a virtude, que nunca foram negras. Eu sou da cor do dia...”⁶⁰, p. 103

A sociabilidade que se desenhou no Brasil como uma herança do processo colonial que vigorou no território, e que temos a partir dos escritos de Sueli Carneiro (2023) a plena certeza de que ainda vigora, ao instituir o genocídio e o epistemicídio negro desconsiderando as particularidades sociais e culturais variadas, violenta incansavelmente aquela parcela historicamente renegada em nome de uma “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” exigida no contexto da Revolução Francesa e reforçada na defesa da dignidade no contexto após as barbáries da Segunda Guerra Mundial. Como muito bem diz Fanon ao refletir sobre a inferioridade também compartilhada e internalizada por ele: “essa dignidade não tem nada a ver com a dignidade da ‘pessoa humana. Dessa pessoa humana ideal, ele nunca ouviu falar.”⁶¹, p. 103

⁵⁴ CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁷ *Ibid.*

⁵⁸ FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora Ubu, 2020

Nesse ponto da discussão, somos levados a pensar sobre os rebatimentos e influências que essa maneira de constituição do ser exerce na vivência feminina negra, já que, a posição da mulher nessa sociedade racista, classista, sexista e imperialista é complexa e multiplamente violenta, considerando todas as exclusões sistemáticas praticadas por essas tendências da sociedade aos moldes eurocêtricos. As normas e os padrões de sociabilidade abordados no tópico anterior, que tratam sobre o exercício do poder por meio do estabelecimento de normas excludentes que determinam a subjetividade negra, imprimem processos de negação e de desconhecimento sobre si e sobre o outro ao ponto de promover, propagar e endossar concepções que engrandecem aqueles que os desprezam, à medida em que diminuem aqueles que deveriam ser reconhecidos em sua plenitude humana, produzindo uma alienação ontológica que captura a subjetividade negra no lugar do “não-ser”, como Fanon já havia diagnosticado no contexto colonial.

Mbembe⁶² aborda as concepções ocidentais formuladas sobre a África e aqueles que dali descendem, mostrando que elas possuem duas faces complementares: a face diurna, onde o continente é visto como exótico e grandioso, com um quê de surpresa, mas que também se revela vasta, até mesmo fantasiosa, mas também estéril; e a face escura, que por concepções construídas segrega e sexualiza os negros e não brancos, de modo que, até a expressão “homem negro” designa um homem indigno de ser tido e reconhecido como tal. Desse modo, cataloga e classifica determinando superiores e inferiores.

Essa discussão faz emergir inquietações que dizem respeito às concepções que foram propagadas ano após ano, imprimindo na subjetividade negra e não-negra ideários degradantes, inclusive sobre si mesmo. Ou seja, a maneira de existir do sujeito que se dá a partir de uma relação e interação com o mundo e com o outro, observada por Fanon⁶³, em uma sociedade que vigora um dispositivo de racialidade que articula elementos materiais e subjetivos, como Carneiro⁶⁴ pertinentemente aponta, viabiliza a internalização de aspectos que mutilam e negam a sua própria existência no mundo, quando nos referimos à (re)existência das vidas femininas negras e não-brancas. É negado às mulheres negras uma existência que se baseie nelas mesmas enquanto o seu próprio referencial.

É no bojo desse contexto crônico que mutila e deforma o seu reconhecimento, que destitui a capacidade de reconhecer-se no seu semelhante e considerar a sua vida como digna e vivível, ao passo que relega e desconsidera a sua existência que temos a existência feminina negra relegada a um limbo onde o seu referencial de vivência é conformado a partir da internalização dos paradigmas brancos como, por exemplo, interesses, vestimenta, padrões de beleza e desejo, mas que apesar dos esforços investidos em busca desse branqueamento mesmo que inconscientemente, elas jamais serão vistas enquanto mulheres plenamente brancas. Indo além, a experiência do ser torna-se mais complexa e violenta ao adquirir contornos particulares que só a mulher negra é capaz de apontar, como faz Lélia Gonzalez.⁶⁵

⁶² MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2018.

⁶³ FANON, *op. cit.*, 2020.

⁶⁴ CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

⁶⁵ GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Sofrendo as influências do processo de colonização imperialista, seja ela Europeia ou norte-americana, a partir do contexto da modernidade, a formação da sociedade, mais especificamente a brasileira, interiorizou noções que delegam à mulher negra espaços muito bem definidos nas relações sociais: o de “mulata, doméstica e mãe preta”⁶⁶, p. 81. O espaço de exaltação e possível existência das mulheres negras é acompanhado por uma produção ativa de indesejabilidade, que confina suas existências a papéis pré-determinados, negando-lhes a possibilidade de reconhecimento pleno como sujeitos políticos, epistêmicos e éticos.

Lélia Gonzalez⁶⁷, p. 81 discute que o mito da democracia racial brasileira – compreensão essa que presume relações igualitárias e harmoniosas entre negros, não-negros e brancos – é a grande nuvem que embaça todo o contexto de relações de poder. Desse modo, no contexto dos enquadramentos apontados pela autora, a maneira como o racismo é encarado no Brasil camufla a violência exercida através da sexualização e objetificação da mulher negra no contexto carnavalesco juntamente com a associação direta à figura da empregada doméstica no restante dos dias.

Dessa forma, ao longo do ano a mulher negra é limitada à figura de servidão, ascendendo aos holofotes durante um curto período de tempo apenas para atender aos desejos brancos a medida em que é vista como um pedaço de carne curvilíneo e sensual, ambas as representações remetendo ao período escravagista quando associa essas mulheres ao trabalho de servidão doméstica e ao processo de submissão associada à satisfação forçada das necessidades sexuais dos senhores brancos. Assim, na perspectiva da mulher negra “se constata que os termos “mulata” e “doméstica” são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas”. Nesse sentido, a problemática de toda a discussão feita até aqui é que a mulher negra se encontra em posição constante de objeto: de desejo, de exploração, de saber, mas jamais sujeito, muito menos sujeito humano.

Ao determinar esses espaços de submissão que relega às mulheres negras posições subordinadas na sociedade segundo os movimentos do biopoder⁶⁸ e a sua readequação aos desejos da sociedade branca, masculina, cis e rica que passa a atuar conforme o interesse de produzir a morte desse outro adotando a perspectiva da necropolítica, as mulheres negras seguem ocupando a posição de objeto enquanto alvo dessas intervenções.

A situação da mulher negra, nesse contexto, é abordado por Sueli Carneiro sob a ótica de que essas mulheres se enquadram em uma situação de que a sua raça é elemento que limita as suas vivências e chances de vida, ao passo que se enquadram no conceito de “mortes preveníveis e evitáveis” mas que não são por serem desqualificadas com base no dispositivo de racialidade. Ao articularmos esse exemplo com as reflexões de Lélia, é possível identificar que essas autoras percebem a existência da mulher negra esvaziada de subjetividade, sendo relegada à vivência enquanto mera peça, apenas mais um pedaço de carne, nesse jogo da necropolítica no contexto do biopoder. É nessas relações estabelecidas e reproduzidas que essas mulheres sofrem um duro processo de interiorização de padrões alheios às suas vivências e culturas compartilhadas, como Fanon assinala, sendo novamente instrumentalizadas no

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ *Ibid.*

⁶⁸ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

jogo do biopoder⁶⁹ e da necropolítica⁷⁰ internalizando os aspectos branqueados como condição de existência nesse contexto que exige delas a subordinação a essas normas.

Contudo, Foucault⁷¹ ao pensar sobre a dinâmica entre os diversos sentidos possíveis dentro das relações de poder, nos traz um indicativo de que “(...) onde há poder, há resistência”^{72, p. 90}, sobretudo quando o que está posto é a vivência e a subjetividade dos sujeitos. Sueli Carneiro^{73, p. 69} faz questão de descrever e dar espaço para a história de vida de mulheres que, mesmo vivenciando aquilo que Lélia Gonzalez⁷⁴ muito bem discorreu sobre a relação que a vivência brasileira estabelece com as subjetividades femininas negras, construíram uma trajetória de vida conquistando espaços novos, alargando os limites prescritos, além de ocupar aquilo que o dispositivo de racialidade estabelecia que não era para elas.

Os relatos que elas fazem trazem constantemente escapes e resistências frente a um caminho que parecia pré-determinado, mas sinalizando a noção de pertencimento que o processo civilizatório moderno tentou apagar, quando a mãe de Sônia Maria, uma das histórias de resistência que Sueli traz, diz que “(...) nós somos sobreviventes, os nossos antepassados, com muito sofrimento, vieram em navios horríveis e sobreviveram para que nós vencêssemos aqui”^{75, p. 207}. A Sônia Maria, em outro momento, mostra que a construção de uma subjetividade inferiorizada é uma realidade, mas que é possível incorporar noções de afirmação e reconhecimento de seu próprio valor, ao afirmar que:

Sou finalmente uma mulher negra que tem coragem de colocar no dedo um anel, entrar numa sala de audiência e esperar ser bem tratada, porque eu não tinha um pinga de confiança na minha prática jurídica, então permiti muita coisa^{76, p. 219}

Dessa maneira, Sueli Carneiro^{77, p. 219} e Lélia Gonzalez^{78, p. 91} trazem aspectos indispensáveis para pensar sobre as condições de sociabilidade e constituição subjetiva das mulheres negras a partir da realidade brasileira marcada pelo genocídio, epistemicídio, desqualificação e sexualização das vidas negras. Junto a Fanon⁷⁹ e Mbembe⁸⁰, temos outra perspectiva, que endossa a perspectiva que observa o processo de apagamento e de inferiorização que a subjetividade e cultura negra sofrem na sociabilidade sob os paradigmas modernos de civilização em que vivemos. Porém, os relatos que a obra Dispositivo de Racialidade traz sinalizam um

⁶⁹ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

⁷⁰ MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

⁷¹ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

⁷² *Ibid.*

⁷³ CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023

⁷⁴ GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

⁷⁵ CARNEIRO, *op. cit.*, 2023.

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ *Ibid.*

⁷⁸ CARNEIRO, *op. cit.*, 2020.

⁷⁹ FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

⁸⁰ MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2018.

respiro e um horizonte de possibilidades de caminhos de resistência frente às tendências que vigoram no biopoder.

1.3 A máquina do descarte: mulheres negras, regimes de morte e a arquitetura da indesejabilidade

A partir da exposição sobre a ética suspensa do biopoder e a operação da necropolítica, as mulheres negras compõem e aprofundam o papel da arquitetura da indesejabilidade como uma chave analítica crucial para compreender a sua criação na ordem social brasileira. A desejabilidade, aqui, não é apenas uma condição atual, mas um regime histórico ativamente produzido e mantido por um sistema que a posiciona como uma existência passível de descarte. A máquina do descarte, nesse sentido, não opera apenas na eliminação física, mas na produção ontológica do não-ser, capturando a subjetividade da mulher negra em um lugar de existência negada, onde viver já se configura como uma experiência precária e constantemente ameaçada. A escravidão e o pós-abolição, como bem pontuaram intelectuais como Beatriz Nascimento⁸¹ e Abdias Nascimento⁸², moldaram essa arquitetura, legitimando o genocídio e a aniquilação simbólica e física do povo negro. Essa categoria ganha materialidade quando observamos que os índices de violência, feminicídio e negligência institucional reproduzem cotidianamente essa condição de descartabilidade.

A compreensão desse fenômeno exige a articulação com perspectivas feministas negras. Patricia Hill Collins⁸³, em sua análise sobre as "imagens de controle", demonstra como a sociedade constrói arquétipos a "mãe preta", a "mulata", a "doméstica" – para objetificar e sexualizar mulheres negras, controlando sua subjetividade e limitando seu papel social. Nesse processo, a mulher negra é capturada simultaneamente como objeto de desejo, de exploração e de produção de saber, mas sistematicamente excluída da posição de sujeito. Angela Davis⁸⁴, por sua vez, complementa essa análise ao evidenciar como as mulheres negras, historicamente e no presente, são alvos preferenciais da violência estatal, seja por meio da violência policial, do encarceramento em massa ou da violência obstétrica, que se traduz em negligência e desumanização nos serviços de saúde.

A articulação conceitual acima é corroborada por um cenário de dados alarmantes que evidenciam a continuidade histórica da violência letal no Brasil. O Atlas da Violência 2025⁸⁵, reafirma a dinâmica estrutural da violência letal no Brasil. A análise aponta que a violência letal contra as mulheres segue uma dinâmica estrutural, atingindo de forma desproporcional mulheres negras. A persistência de padrões já identificados em anos anteriores aponta para a

⁸¹ NASCIMENTO, B. *Narrativas transatlânticas de mulheres negras*. 1. ed. Salvador: Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, 2022.

⁸² NASCIMENTO, A. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁸³ COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

⁸⁴ DAVIS, A. *Estarão as prisões obsoletas?*. Tradução de Marina Vargas. 1 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2018.; DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2018.

⁸⁵ CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). *Atlas da violência 2025*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

insuficiência das estratégias atuais de enfrentamento. Entre 2013 e 2023, o documento mostra que a taxa de homicídios de mulheres negras foi de 5,5 por 100 mil habitantes, enquanto a de mulheres não negras foi de 2,3, revelando uma diferença abismal e uma violência letal contra a mulher negra mais que dobrada. Os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), referenciados na Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher do DataSenado (2024), corroboram essa tendência, mostrando que, em 2022, de 3.373 mulheres assassinadas, 67% eram negras. Tais números não expressam apenas desigualdade, mas evidenciam uma racionalidade que distribui diferencialmente a exposição à morte, convertendo determinados corpos em vidas matáveis e socialmente toleráveis.

O panorama se aprofunda ao considerar outras formas de violência. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024⁸⁶, detalha que o número de mulheres vítimas de violência doméstica e de feminicídio não só continua alto, como também segue um padrão racializado. Os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) mostram que, em 2022, 55% das brasileiras que sofreram algum tipo de violência eram mulheres negras.

Ademais, a violência contra a mulher negra se estende ao campo da saúde, com a violência obstétrica assumindo contornos particulares. A pesquisa "Nascer no Brasil" (2014, atualizada em 2022), da Fiocruz e do Ministério da Saúde⁸⁷, indica que mulheres negras são mais submetidas a cesarianas desnecessárias, menos recebem analgesia e sofrem mais intervenções violentas, perpetuando a visão de seus corpos como menos sensíveis à dor e, portanto, mais disponíveis à intervenção. Tal dinâmica evidencia que a máquina do descarte opera também como epistemicídio, ao deslegitimar saberes e experiências dessas mulheres sobre seus próprios corpos, interditando sua autonomia e capacidade de autorreferência. Tal lógica reforça o que autoras como Jurema Werneck denunciam como racismo institucional no campo da saúde.

Com base em notícias e relatórios recentes, o caso de Thainara Vitória Francisco Santos, uma jovem negra de 18 anos que morreu após uma abordagem policial em Minas Gerais em janeiro de 2025, é um exemplo contundente e bastante recente que ilustra a dinâmica da necropolítica e do racismo institucional. O caso teve grande repercussão e levantou um debate sobre as câmeras corporais e a atuação da polícia.

A máquina do descarte, para Fanon⁸⁸, opera de forma a naturalizar a inferioridade e o apagamento subjetivo. A internalização dessa violência simbólica faz com que as vidas de mulheres negras sejam consideradas "sem valor", tanto por quem agride quanto, em alguns casos, por quem observa. Essa dinâmica não se limita à violência externa, mas implica um processo profundo de interiorização, no qual a subjetividade negra é tensionada a buscar reconhecimento a partir de referenciais brancos, produzindo uma existência marcada pela inadequação estrutural. Em "Pele Negra, Máscaras Brancas", Fanon já apontava para a "aniquilação

⁸⁶ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 9 jul. 2025

⁸⁷ MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Pesquisa Nascer no Brasil*: Inquérito nacional sobre parto e nascimento. Brasil, 2014 (atualizado 2022).

⁸⁸ FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

ontológica" do negro na sociedade colonial, uma negação da sua própria existência e subjetividade que aqui se liga à ideia de que a mulher negra tem sua subjetividade constantemente negada.

Judith Butler⁸⁹ complementa essa visão ao questionar "quem é passível de luto e quem não é". A morte de uma mulher negra não gera a mesma comoção social que a morte de uma mulher branca, o que reforça o lugar de sua vida como menos digna de ser reconhecida, menos digna de luto e, portanto, mais facilmente descartável. Butler articula com a ideia de "marcabilidade diferencial" quem pode aparecer, ser nomeado e ser lembrado para intensificar a crítica à indiferença diante da morte da mulher negra.

Para Achille Mbembe⁹⁰, a necropolítica, enquanto gestão da morte, assume no caso das mulheres negras contornos de gênero e raça específicos. A mulher negra se torna o corpo sobre o qual o poder soberano pode agir livremente, infligindo dor, sofrimento e morte sem consequências sociais ou legais significativas. A necropolítica opera não só como uma política de extermínio, mas também como um controle total sobre a vida, onde a subjugação e a violência são naturalizadas.

A filósofa Sueli Carneiro⁹¹, ao analisar o dispositivo de racialidade, demonstra como essa lógica se sustenta na produção do "outro como não-ser", legitimando a naturalização das chamadas "mortes evitáveis". Tal processo articula-se a um movimento simultâneo de genocídio e epistemicídio, no qual não apenas os corpos são eliminados, mas também os saberes, memórias e possibilidades de existência são sistematicamente destruídos. Lélia Gonzalez, por sua vez, evidencia como os arquétipos da "mulata", da "doméstica" e da "mãe preta" funcionam como dispositivos de captura simbólica, restringindo a mulher negra a posições de servidão, sexualização e apagamento. Nilma Lino Gomes amplia essa reflexão ao demonstrar como essas estruturas também se reproduzem no campo educacional. Nesse sentido, instituições como a escola operam não apenas como espaços de formação, mas como dispositivos de produção de subjetividades subalternizadas, por meio do rebaixamento simbólico e cognitivo das trajetórias negras.

Em suma, a mulher negra se encontra na intersecção de uma "máquina do descarte" que a invisibiliza na vida pública, a explora economicamente (em trabalhos precarizados e mal remunerados), a objetifica sexualmente e a extermina em números desproporcionais, tanto no âmbito doméstico quanto no público. A "máquina do descarte" é sustentada por um tripé de racismo estrutural, sexismo estrutural e necropolítica. A violência contra mulheres negras não é um desvio, mas o resultado lógico e esperado de um sistema que se fundamenta na anulação de vidas. O desafio que se impõe é a urgência de uma ética que reconheça a precariedade compartilhada, o direito de existir fora da lógica do colonizador, e uma política de vida que combata o dispositivo da racialidade. Assim, O movimento negro, em especial o feminismo negro, se coloca como uma linha de fuga dessa máquina do descarte. A resistência das

⁸⁹ BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

⁹⁰ MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

⁹¹ CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

mulheres negras, materializada em movimentos sociais e na produção intelectual, oferece paradigmas epistemológicos, sociais e políticos que sustentam a luta contra a violência e abrem caminho para o próximo capítulo.

■ CONCLUSÃO

A discussão promovida aqui busca ultrapassar os limites que as percepções eurocêtricas, brancas e ocidentais impõem à vivência, reconhecimento e existência das pessoas racializadas, limites estes que por sua vez, condicionam a vida das mulheres negras a ocupar espaços subalternizados cuja existência é vista como passível de aniquilação e abandono diante de tamanha insignificância.

Temos, então, que os paradigmas sociais vigentes são conformados a partir do estabelecimento de um acordo, o “Contrato Racial”, como colocado por Mills⁹² ao sinalizar que, apesar da sua vigência não depender de uma declaração formal, se materializa quando a raça torna-se elemento central na determinação da sociabilidade nas sociedades liberais modernas.^{93, p. 06} Nesse panorama, o conceito de vida nua de Giorgio Agamben⁹⁴ é uma maneira de interpretar a concepção ocidental acerca das pessoas racializadas nesse contexto social. A partir dele, vemos que a vida dessas pessoas é compreendida a partir de uma perspectiva de irrelevância, ao passo que, a sua morte é possível, mas não enquanto um sacrifício. Um ser matável cuja vivência é excluída da comunidade ao passo da morte não ser uma questão dentro do exercício dos tentáculos do biopoder⁹⁵, onde a premissa é fazer viver e deixar morrer.

Tensionando a concepção de vida nua e aquilo que o biopoder pressupõe, Mbembe⁹⁶ cunha o conceito de necropolítica, onde essas pessoas, as quais possuem vidas desprezáveis, são alvo de um regime de morte sistematizado enquanto uma estratégia de poder. Nesse contexto, o projeto de produzir a morte se dá a medida em que tais pessoas se encontram tão marginalizadas ao ponto de suas vidas serem, de fato, fadadas à morte como o fim possível para a sua existência. Ao longo da discussão, autores endossam tal concepção ao abordarem variados processos que incidiram sobre o corpo e a subjetividade negra, em específico, da mulher negra, e que atuaram no sentido de produzir o contexto de morte gradual desse grupo.

⁹² MILLS, C. W. *O Contrato Racial*. Edição Comemorativa de 25 anos. Tradução de Teófilo Reis e Breno Santos. São Paulo: Editora Zahar, 2023.

⁹³ *Ibid.*

⁹⁴ AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

⁹⁵ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁹⁶ MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

A morte, para essas pessoas, ocorre de maneira gradual e articulada por meio dos âmbitos materiais e simbólicos da vida. Com o auxílio de autores como Patterson⁹⁷, Sueli Carneiro⁹⁸ Spillers⁹⁹, Kilomba¹⁰⁰, Ribeiro¹⁰¹, dentre outros, é possível perceber alguns dos caminhos utilizados para exercício dessa produção sistemática da morte do outro. Ao passo que adentramos na discussão sobre essas vias de atuação, é possível perceber que a subjetividade das pessoas negras e não-brancas, é um dos grandes alvos de intervenção.

No tocante à vivência e subjetividade negra, é possível afirmar que a violência faz presente desde o início das reflexões aqui tecidas, já que temos que a sua vivência cultural e social é desconsiderada no processo de constituição de um referencial normativo da sociedade.¹⁰² Como se encontra a subjetividade da mulher negra em uma sociedade cujos paradigmas são pensados em detrimento delas? Pois bem, pensar a subjetividade dessas mulheres na sociabilidade europeia e eurocêntrica que estamos inseridos, implica pensar sobre o estabelecimento do desprezo da vida do outro. Ignorar essas particularidades pressupõe interiorizar aspectos, costumes e concepções cujo referencial, apesar de não ser aquele compartilhado pelas mulheres negras, é aquele necessário para ao menos sobreviver nessa conjuntura tão hostil que busca produzir sistematicamente a morte do outro.

A ontologia à ótica de Butler¹⁰³ compreende o ser em um processo contínuo e relacional, onde ele se encontra em formação e deformação a partir da interacionalidade para com o outro. Fanon¹⁰⁴, anteriormente, se aproxima dessa concepção ao compreender que o homem é movimento constante, seja impulsionado pela violência ou pela solidariedade. Em uma perspectiva onde a subjetividade se conforma a partir de uma interacionalidade, a constituição de uma subjetividade subordinada se dá mediante a inscrição de uma vulnerabilidade na psique daqueles sujeitados para condicionar a existência à adoção e interiorização dos paradigmas enquadrados enquanto superiores.¹⁰⁵

Contudo, nos deparamos com a problemática de que, a existência da mulher negra, mesmo com a interiorização dos aspectos dos seus colonizadores concretizada por meio da vulnerabilidade inscrita na sua subjetividade, se encontra à margem daquilo que ela internalizou. Ou seja, apesar dos esforços branqueadores, a mulher negra possui o seu lugar muito bem definido na sociedade brasileira, onde é historicamente reduzida à figura da mulata e da

⁹⁷ PATTERSON, O. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

⁹⁸ CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

⁹⁹ SPILLERS, H. J. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S. Z.; ARIAS, A. (org.). *Pensamento radical negro*. São Paulo: Crocodilo; n-1 Edições, 2021.

¹⁰⁰ KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

¹⁰¹ RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

¹⁰² BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

¹⁰³ *Ibid.*

¹⁰⁴ FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

¹⁰⁵ BUTLER, J. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.

doméstica.¹⁰⁶ Com o auxílio de Sueli Carneiro¹⁰⁷ é possível alargar essa ideia e sinalizar como o aspecto racial é determinante na vivência dessas mulheres a medida em que determina as possibilidades de vida que ela terá. Temos, então, que a mulher se encontra nessa trama como objeto das ações e intervenções, sendo a ela renegado o direito à vida e a constituição de uma subjetividade referenciada a partir de si mesmo.

Nesse contexto, retornamos à Butler¹⁰⁸ para ressaltar a necessidade de questionar os padrões normativos que regem as concepções éticas e morais da sociedade contemporânea, posto que, o ideal de universalidade que vivenciamos desde os dois últimos séculos até a materialização nas linhas da Declaração Universal dos Direitos Humanos nada mais é do que a expressão máxima de uma sociedade pautada na segregação, marginalização e genocídio dos grupos dissemelhantes. O estabelecimento de uma representação única pressupõe o apagamento subjetivo do outro, relegando às mulheres negras o espaço de mero objeto das intervenções do exercício da necropolítica, que destitui, subjuga e mata elas diariamente.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2018.

BUTLER, J. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. Organização: Djamila Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). *Atlas da violência 2025*. Brasília: Ipea; FBSP, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

¹⁰⁶ GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

¹⁰⁷ CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023; CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. Organização: Djamila Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

¹⁰⁸ BUTLER, J. *Relatar a si mesmo*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro*: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

DAVIS, A. *Estarão as prisões obsoletas?*. Tradução de Marina Vargas. 1 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2018.

DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2018.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 9 jul. 2025.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES, N. L. *O movimento negro educador*: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2018.

MBEMBE, A. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MILLS, C. W. *O Contrato Racial*. Edição Comemorativa de 25 anos. Tradução de Teófilo Reis e Breno Santos. São Paulo: Editora Zahar, 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Pesquisa Nascer no Brasil: Inquérito nacional sobre parto e nascimento*. Brasil, 2014 (atualizado 2022).

NASCIMENTO, A. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, B. *Narrativas transatlânticas de mulheres negras*. 1. ed. Salvador: Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, 2022.

NASCIMENTO, W. F. do. *Da necropolítica à ikupolítica: por uma leitura afroperspectivista da morte*. Revista da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, v. 11, n. 29, p. 273–290, 2019.

PATTERSON, O. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SILVA, D. F. da. *Para uma ideia global de raça*. Tradução de Laura Fraga e Denise Pires. São Paulo: Boitempo, 2009.

SPILLERS, H. J. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S. Z.; ARIAS, A. (org.). *Pensamento radical negro*. São Paulo: Crocodilo; n-1 Edições, 2021.